

Douglas Vicensoto Fukuhara

Vícios redibitórios na alienação de participação societária



Análise específica das cláusulas
de declarações e garantias

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Apresentação.....	IX
Introdução.....	1
1 Operações de Alienação de Participação Societária e a Troca de Informação	9
1.1 Dever de informar e o ônus de se informar	12
1.2 A <i>due diligence</i>	19
1.2.1 A assimetria informacional sob a perspectiva do comportamento econômico das partes.....	26
1.3 A <i>due diligence</i> e as cláusulas de declarações e garantias	30
2 As Declarações e Garantias nos Contratos de Alienação de Participação Societária.....	33
2.1 Noções e funções das cláusulas de declarações e garantias sob a perspectiva da <i>common law</i>	37
2.1.1 Representations and warranties	40
2.1.2 Disclosure Schedules.....	51
2.1.3 Considerações acerca de um caso prático analisado pela <i>Court of Chancery de Delaware</i>	52
2.1.4 Lições da prática da <i>common law</i>	56
2.2 As cláusulas de declarações e garantias sob a perspectiva do direito brasileiro	58
2.2.1 Funções das cláusulas de declarações e garantias	59
2.2.2 Estruturas contratuais e as declarações e garantias	65

2.2.2.1 Sistema autônomo de declarações e garantias	66
2.2.2.2 Sistema não autônomo de declarações e garantias	74
2.2.3 Natureza jurídica	75
2.2.3.1 Obrigação de garantia	76
2.2.3.2 Razões ou motivos determinantes	81
3 O Regime dos Vícios Redibitórios nas Operações de Alienação de Participação Societária	85
3.1 Os vícios redibitórios	86
3.1.1 Aquisição do bem em decorrência de contrato comutativo	88
3.1.2 Vício deve ser oculto e existir no momento da operação	89
3.1.3 O vício deve prejudicar a utilidade do bem	92
3.1.4 Pretensões disponíveis para aplicação do regime dos vícios redibitórios	95
3.2 Distinção entre erro e vícios redibitórios	101
3.3 Vícios redibitórios e as declarações e garantias na doutrina brasileira	103
3.3.1 Posicionamentos acerca da aplicação dos vícios redibitórios na alienação de participação societária sob a perspectiva da doutrina brasileira	104
3.3.2 Posicionamentos acerca da não aplicação dos vícios redibitórios na alienação de participação societária sob a perspectiva da doutrina brasileira	109
3.4 A aplicação dos vícios redibitórios na alienação de participação societária e as declarações e garantias	113
3.4.1 Requisitos do artigo 441 do Código Civil	113

3.4.2 Comentários acerca das diferentes posições da doutrina brasileira.....	120
Considerações Finais.....	133
Referências	137